

Dúvida persiste há um ano

As dúvidas sobre irregularidades no processo de licitação do Hospital Regional do Paranoá são antigas. As obras foram iniciadas no dia 9 de junho de 91, mas 45 dias depois o secretário de Saúde, Jofran Frejat, suspendeu os trabalhos porque o Tribunal de Contas da União (TCU) julgou ilegal a licitação. O ministro Luciano Brandão Alves de Souza, relator do processo, emitiu um parecer, aprovado por unanimidade, considerando ilícita e inconciliável a fórmula de preço-base utilizada na licitação.

Na ocasião, o secretário de Saúde defendeu o processo, explicando que o edital adotado seguiu o modelo do Ministério da Saúde, que no convênio para a liberação dos recursos, também estabeleceu normas para a constituição da comissão de licitação e aprovação dos

preços. Resolvido o impasse, a obra foi liberada, sendo interrompida no final do mês de abril deste ano por falta de recursos. No início de maio o Ministério liberou mais Cr\$ 1,9 bilhão para que a construção fosse reiniciada.

No momento, a construção do hospital está quase totalmente paralisada, novamente por falta de recursos. O arquiteto Frederico Barreto, um dos autores do projeto, disse que a firma Mendes Carlos já construiu cerca de 25% da obra, que será de quatro pisos e terá capacidade para 150 leitos. O arquiteto disse ainda que a firma está fazendo todo um trabalho de proteção para a estrutura já construída. "A interrupção das obras pode trazer um enorme prejuízo, principalmente na parte da ferragem", explicou. (V.R.).